



Clipping de notícias



Recife, 17 de maio de 2018.

JC Negócios

FERNANDO CASTILHO

Cigarrinha

Inseto vindo de Alagoas, a Cigarrinha da Raiz está se alastrando nos canaviais da Mata Sul pernambucana. A cana deixa de absorver água e perde 15 ton. por hectare.

Nova caatinga

O projeto da Ecolume/IPA "Plantar água, comer caatinga e irrigá-la com o Sol" será aplicado nas regiões do Moxotó e Araripe com verba de R\$ 420 mil do CNPq.

Semas levará a Fortaleza projetos de sucesso no Bioma Caatinga

FOTO: PATRÍCIA CORREIA/SEMAS



ÁUREA LOPES, gerente de articulação da Semas fez a apresentação e levantamento dos projetos ambientais

II Conferência Regional vai acontecer de 19 a 21 de junho na capital cearense.

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) vai apresentar na II Conferência Regional da Caatinga, as experiências exitosas desenvolvidas por várias instituições governamentais e da sociedade civil, nos municípios pernambucanos do Bioma Caatinga. O encontro será realizado de 19 a 21 de junho, em Fortaleza.

A gerente-geral de Articulação da Semas, Áurea Igrejas Lopes, que coordenou as apresentações e o levantamento dos projetos, revela

que com base na Oficina de Formação de Multiplicadores Estaduais, realizada em março em Fortaleza, os trabalhos apresentados devem seguir alguns critérios, entre eles: ter no mínimo cinco anos de implantação, participação dos envolvidos nas experiências (juventude e gênero, entre outros) e que façam interação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS, que os projetos devem ser selecionados para esse ano foram: ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas; ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover agricultura sustentável; ODS 4 - Assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade; ODS 6 - Assegurar a disponibilidade de gestão sustentável

da água e saneamento para todos; ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e produtivo e trabalho decente para todos e o ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda da biodiversidade.

"Todos os projetos apresentados trouxeram benefícios sociais e econômicos para o desenvolvimento das famílias na Caatinga. É importante levar para a Conferência Regional da Caatinga esses trabalhos, lembrando que os organizadores da Conferência vão selecionar cinco trabalhos dos dez que foram enviados de cada Estado para ser apresentados em junho", afirmou Áurea.



Avanço da desertificação no Nordeste motiva audiência pública da Comissão de Cidadania

Até 2050 fenômeno deve reduzir o PIB da região e diminuir as terras agricultáveis

Um fenômeno que ameaça reduzir em 11% o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste até 2050 e diminuir em 65% as terras para plantação e criação de animais em Pernambuco foi discutido, ontem, em audiência pública da Comissão de Cidadania. Trata-se da desertificação, que consiste na degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas por fatores como variações climáticas e atividades humanas.

A projeção consta no estudo Mudanças Climáticas, Migrações e Saúde: Cenários para o Nordeste, 2000-2050, abordado pelo biólogo Severino Rodrigo Ribeiro Pinto, do Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan). O pesquisador chamou atenção de que a desertificação é um fenômeno irreversível que tem como principais causas a fragmentação de habitats e as mudanças climáticas. Para ele, é "inadmissível" pensar políticas públicas sem considerar as projeções futuras.



DEBATE - Pesquisadores e parlamentares apontaram encaminhamentos

Para se contrapor à desertificação, ele defendeu a criação de frentes naturais para favorecer a regeneração da vegetação e o manejo florestal na Caatinga. "Os brejos de altitude (situados nos perímetros das secas) funcionam como caixas d'água e não chegam a 0,1% do território do Estado. Nosso esforço deveria ser para torná-los unidades de conservação. Mas o caminho feito foi o inverso", emendou, referindo-se à Lei Estadual nº 15.621/2015, que reduziu a área de preservação permanente de altitudes

superiores a 750 metros para 1.100 metros. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Funai), Edneida Cavalcanti ressaltou que desde o início da série histórica do clima, em 1845, nunca havia acontecido um período de seis anos consecutivos com chuvas abaixo da média e estiagem prolongada na região, como o verificado entre 2012 e 2017. Ela explicou o conceito de convivência com a seca e defendeu a superação de políticas homogeneizantes, assistencialistas, apresenta-

das como de "redenção" ou frentes de emergência. Na mesma linha, o biólogo Alexandre Henrique Pires, da coordenação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), salientou que as políticas públicas devem priorizar o local, pequeno, simples e barato em detrimento do grande, complexo e caro. O foco, segundo ele, deve ser o aumento da capacidade de estoque de água, alimento e forragem para animais e, em vez de assistência, buscar a participação. O pesquisador abordou programas como a

construção de 1,2 milhão de cisternas rurais, que atendem cerca de seis milhões de pessoas, a um custo total de R\$ 3,5 mil por unidade.

Presente à reunião, o membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) Guilherme Boulos lamentou a redução do número de cisternas construídas pelo Governo Federal, que caiu de 111 mil em 2014 para 27 mil em 2017 - justamente no período da maior seca da história. Para o presidente da Comissão, Edilson Silva (PSOL), o debate precisa sair da perspectiva apenas da Transposição do Rio São Francisco: "Ficou evidenciada a urgência de ações para enfrentar a desertificação. Além de não termos políticas para a solução do problema, a ação do Estado e do homem acelera o processo", afirmou. "Esta Casa aprovou um projeto que flexibiliza a legislação ambiental para os brejos de altitude por conta de uma política miope orientada pelo desenvolvimento dos parques eólicos. É im-

portante que eles venham, mas respeitando nossas necessidades estratégicas."

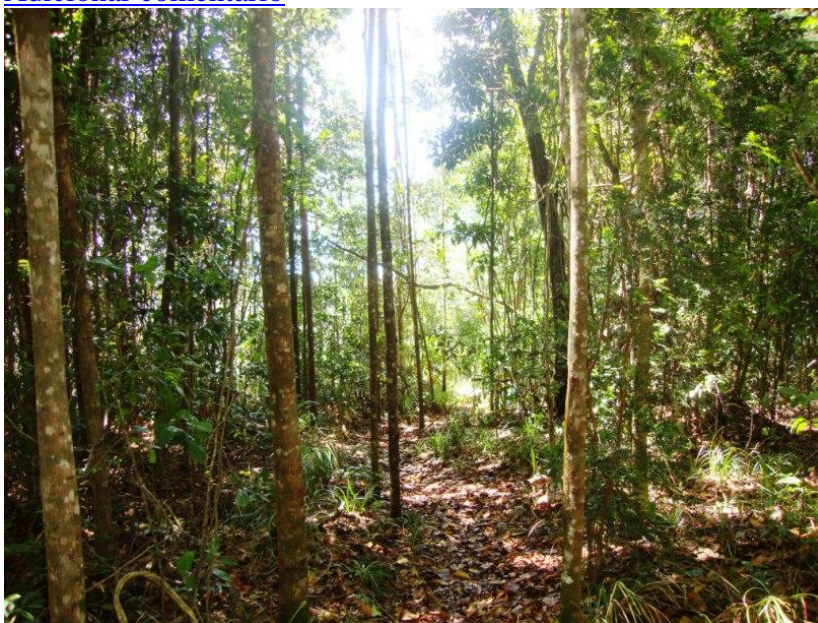
Como encaminhamentos, ficou decidido o acompanhamento da Política Estadual de Combate à Desertificação por meio de um grupo de trabalho. Também foi proposta uma nova audiência, com a Comissão de Educação, sobre o fechamento de escolas rurais por problemas relacionados à falta de água.

PLENÁRIO - Ao fazer um balanço da audiência pública à tarde, durante a Reunião Plenária, Edilson Silva agradeceu críticas às autorizações dadas pelo Governo do Estado, sem estudos de impacto ambiental, para a supressão de vegetação em áreas de proteção ambiental permanente. Também cobrou mais fiscalização das medidas compensatórias estabelecidas nesses casos. Em aparte, o deputado Rodrigo Novaes (PSD) pediu apoio para a aprovação do Projeto de Lei de sua autoria que trata da utilização e proteção da vegetação nativa e exótica do bioma Caatinga.

VOZ DO PLANALTO

Estado ajudará municípios a realizar estudos para criação de Unidades de Conservação

[Adicionar comentário](#)



O Governo de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), vai disponibilizar recursos da Compensação Ambiental – no total de R\$ 1 milhão – para estimular municípios do Estado a desenvolver estudos voltados para a criação de Unidades de Conservação (UCs) municipais, neste e no próximo ano. As Prefeituras estão sendo convocadas pelo órgão ambiental para apresentar projetos visando a assinatura de convênios neste sentido, com prazo que segue até o próximo dia 25. O modelo do Termo de Referência, com as exigências e os detalhes técnicos para que a proposta seja analisada, foi publicado nesta sexta (11) no site da Agência (www.cprh.pe.gov.br). A informação também foi publicada no Diário Oficial do Estado.

A medida visa a contribuir para o desenvolvimento sustentável e o uso racional dos recursos naturais, seguindo a Política Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, sob a responsabilidade da Agência. Por meio do Termo de Referência, os municípios poderão contratar serviços especializados (consultorias) para elaboração de diagnósticos socioeconômico e ambiental, visando a criação de UCs em seus territórios.

No ofício, deve apresentar justificativa compatível com a proposta (potencial da área, delimitação, atributos etc), a metodologia e o valor do estudo a ser desenvolvido, informações fundiárias (caso haja), planilha de custos/orçamento e o plano de trabalho, com todas as etapas delineadas. Os serviços previstos deverão ser executados no prazo de seis meses, contados da data da assinatura do contrato, devendo constar no mesmo o cronograma de atividades.

Para aprovação, as propostas serão submetidas à UGUC (Unidade de Gestão das Unidades de Conservação) e à CTCA (Câmara Técnica de Compensação Ambiental). A utilização de recursos da Compensação Ambiental segue critérios estabelecidos em leis Federal (Nº 9.985/2000) e Estadual (13.787/2009), esta última com o objetivo de reforçar ações do Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco.